



Fala Egbé

Informativo das Comunidades Negras Tradicionais • nº39 • ano XI • janeiro de 2018



“ Nem sempre há vitórias, mas há sementes espalhadas de resistência. ”

Foto: Acervo KOINONIA

Editorial

Olhar as vitórias e avanços de ontem, mas de olho nos desafios de amanhã

É um esforço fundamental para o início de 2018, ano de eleições

O ano de 2017 assistiu ao crescimento de atos de intolerância pelo país. Tanto os atos diretos de ódio religioso como os atos e ditos de agressão e racismo baseados na fé. Os números não mentem sobre isso e a soma dos casos é grave, causando mesmo mortes de pessoas - negras, religiosas, idosas, transexuais, gays - e famílias inteiras atingidas, entre adultos e crianças. Some-se a isso a confirmação do abandono pelo Estado, de territórios sob o poder do crime organizado e suas alianças econômicas, por vezes, pseudo-cristãos.

Em contrapartida houve reações e avanços.

No Rio de Janeiro há o exemplo das reações de organização contra as ameaças e agressões dos auto-proclamados evangélicos no crime organizado - audiências públicas, uma grande caminhada pela liberdade religiosa e outras. Há na Bahia diversas iniciativas de luta - marchas, atos de solidariedade, articulações com órgãos públicos contra o racismo. E em

todo o Brasil a problematização positiva de que haja maior acolhida de todas e todos de qualquer orientação sexual nos ambientes de terreiros.

Contra as ameaças de perseguição religiosa no judiciário, no legislativo e no executivo sempre há reações. Nem sempre há vitórias, mas há sementes espalhadas de resistência. Entre as vitórias está a crescente visibilidade de tudo - para bem e para mal.

A visibilidade e o intercâmbio que fez KOINONIA plantar conexões que se veem entre mulheres no Baixo Sul da Bahia. Apoiar a visibilidade e a superação de preconceitos contra religiões de matriz africana, em atos de simples convivência entre quilombolas religiosas e religiosos de distintas matrizes - cristãs e afro-brasileiras. Enfim visibilidade é um caminho não a solução, há muito que fazer.

Enfrentar 2018 será fazer história reafirmando caminhos percorridos ante aos desafios de toda ordem, que permanecerão como os dos últimos dois

anos. Encarar os problemas de forma criativa e com todas alianças possíveis é um mandato de nossos afetos.

Seguir na educação e informação de base, na promoção de intercâmbios, na provocação do funcionamento laico do Estado e por justiça: para as mulheres, as crianças, a juventude e a adolescência de negras e negros... é a provocação para KOINONIA e para os Terreiros e Quilombos. E por outro lado é a obrigação da Sociedade Civil.

Recuperemos a democracia usurpada, nesse ano eleitoral. Que não haja casuísmos e usos perversos de instrumentos da justiça. Que sigamos nossa Constituição e que os direitos humanos dos trabalhadores e trabalhadoras não lhes sejam mais retirados.

Estamos lado a lado com os que lutam pela Justiça, no Brasil e especialmente na Bahia, lugar que acolherá o Fórum Social Mundial - que seja mais uma vez sinal da resistência e da libertação de todas as nossas colonizações.

Homenagem de
KOINONIA a Mãe
Gilda, postada nas
redes sociais em
21 de janeiro, Dia
Nacional de Combate
à Intolerância
Religiosa

21 DE
JANEIRO
DIA NACIONAL
DE COMBATE À
INTOLERÂNCIA
RELIGIOSA

#SOMOSS
#TODXS ~
MÃE
GILDA

KOINONIA
Projeto de Intolerância Religiosa

Foto: Acervo KOINONIA

Fala Egbé é uma publicação do Eixo temático Direitos das Comunidades Negras Tradicionais

Desenvolve projetos e atividades de fortalecimento político dos terreiros de candomblé e comunidades negras rurais, consistindo em formações a respeito de políticas e leis que lhes concernem; estímulo de intercâmbios de conhecimen-

tos e experiências; produção conjunta de informação e análises; ações de inclusão produtiva; e promoção dos direitos das juventudes. Estas e outras iniciativas de KOINONIA são todas orientadas pelo eixo transversal “Ecumenis-

mo, Superação da Intolerância Religiosa e Justiça de Gênero”, que visa promover necessária e simultaneamente o anti-racismo, o ecumenismo, a liberdade religiosa e a igualdade de gênero.

Ações:

Formação e empoderamento

Formação em direitos civis e políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e territoriais para as comunidades, em especial jovens e mulheres

Seminários

Intercâmbios

Projetos socioculturais para ações locais

Assessoria jurídica para causas coletivas

Formação e legalização de associações

Produção de Informação/ Documentação

Fala Egbé

Cartilhas “Direitos”, “Violações” e “Elaboração de Projetos” para Comunidades Negras Tradicionais (CNT)

Dossiê Intolerância Religiosa

Site Observatório Quilombola

Produção audiovisual sobre direitos das CNT

Incidência Pública

Monitoramentos de processos jurídicos e administrativos envolvendo CNT

Monitoramento das políticas públicas específicas

Diálogo nas esferas governamentais, visando a garantia de direitos das CNT

Produção de artigos, campanhas e ações de solidariedade em prol das CNT

Foto: Ivana Flores



Notícias

MAI 2017

**Rodas de Diálogo
Contra a Cultura do Estupro**

JUN 2017

Direitos etno-ambientais de comunidades negras tradicionais

Koinonia por direitos!

Algumas de nossas iniciativas juntos em 2017

JAN 2017

Comércio com Identidade: Mulheres Negras Quilombolas do Baixo Sul da Bahia

Roda de diálogo
INTOLERÂNCIA E CULTURA DO ESTUPO
30 OUT 19h30
ESPAÇO VOVO CONCEIÇÃO SALVADOR

#EVANGÉLICO CONTRA A REDUÇÃO

Realização: **KOINONIA**
Apoio: **HEINRICH SÖLL STIFTUNG BRASIL**, **CESE**, **Brot für die Welt**



Incentiva comunidades de fé e alianças inter-religiosas a enfrentarem a cultura do estupro e o machismo principalmente dentro dos espaços de culto. Para isso, são promovidas rodas de conversa lideradas por membros das comunidades e convidados, contando ainda com materiais de apoio, produzidos também no âmbito do projeto, a fim de que as religiosas e religiosos estejam preparadas/os para enfrentar a complexidade da violência e das desigualdades de gênero. O objetivo maior é poder articular diferentes grupos de crença em torno de um problema comum: a cultura do estupro.

Os espaços de debate, criados por meio desta iniciativa, devem seguir mesmo após o fim do projeto, discutindo e repensando os valores patriarcais entre jovens, dentro de diferentes comunidades de fé.

Forma agentes de proteção ambiental em três comunidades negras tradicionais: duas remanescentes de quilombo, na região do baixo sul da Bahia, e um terreiro de candomblé, em Salvador. Visa, além de multiplicar conhecimentos, fortalecer a autonomia; auxiliar na construção de uma cultura da paz, diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural, principalmente, a partir do intercâmbio entre as comunidades tendo como mote a preservação ambiental. Um dos produtos desta iniciativa é um vídeo a ser lançado no início de 2018, captando diferentes perspectivas sobre questões sócio-ambientais, entre elas o racismo.



Apoio ao comércio da produção de mulheres quilombolas de três comunidades do Baixo Sul da Bahia, para fortalecer e ampliar redes femininas e mistas de economia solidária. Investe no reconhecimento da identidade quilombola e das desigualdades de gênero com duplo objetivo: consolidar o sentido dessas redes como meio de redução das desigualdades de gênero, aumentando a presença das mulheres no comércio; e estimular a participação política delas a partir do debate de suas demandas políticas.



Notícias

**OUT
2017**

Feira Agroecológica de Mulheres do Baixo Sul da Bahia

Na feira, mulheres de diferentes cidades da região expõem produtos agrícolas e artesanais, cultivados e criados por elas. Ao mesmo tempo debatem o problema da violência contra a mulher, além dos caminhos para solucioná-lo, principalmente, pela via das políticas e serviços adequados ao dia a dia da mulher negra rural. Os intervalos das atividades dão lugar a apresentações de artistas e grupos culturais locais.

**NOV
2017**

Amazilê: Mulheres em ação



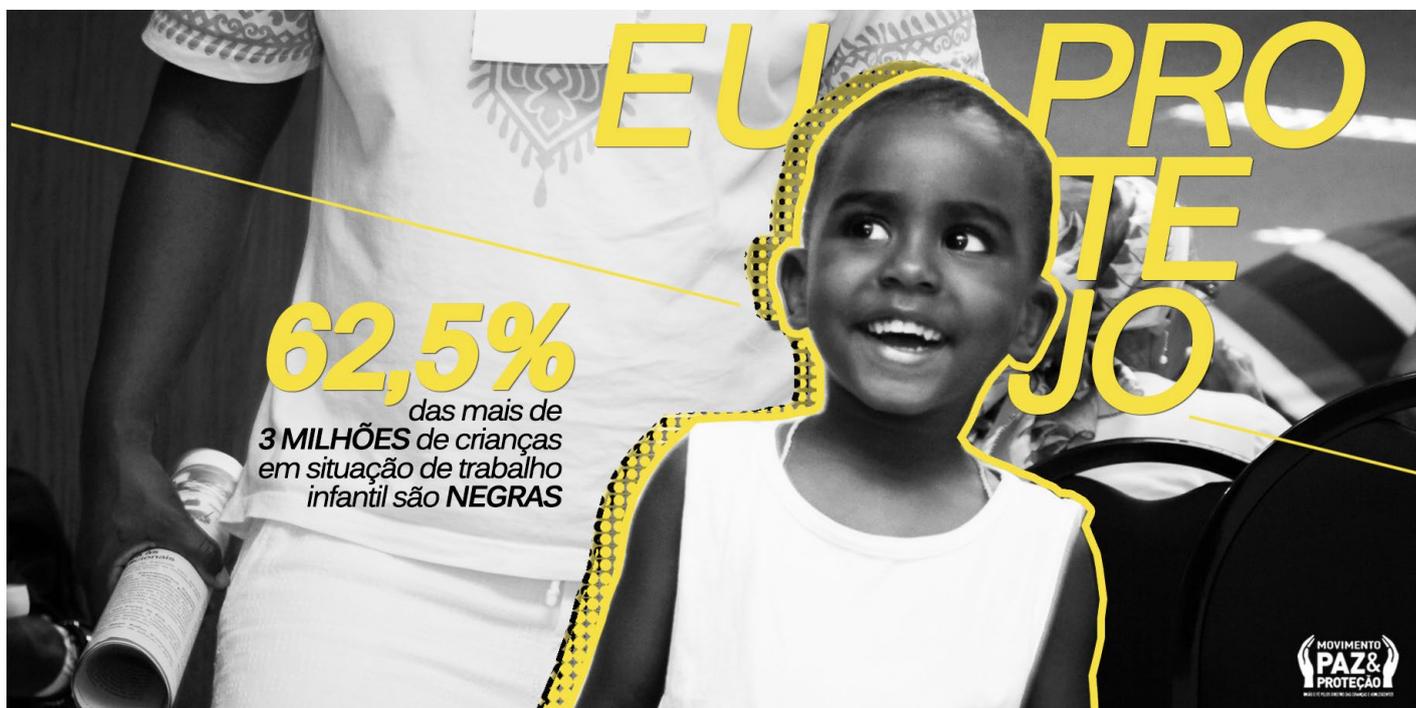
Promove oficinas de formação em empreendedorismo sustentável por meio da confecção e customização de bolsas e camisas. Estimula ainda a organização de feiras de Economia Solidária Feminina, para que as participantes dos cursos garantam o escoamento da produção. Assim, fomenta assim entre mulheres - a maioria de comunidades religiosas - a autonomia econômica.

A segunda turma do Projeto "Amazilê: Mulheres em Ação" participou de oficinas de customização de bolsas e camisetas. O projeto é fruto de parceria de KOINONIA com os terreiros Alafumbi e Omelegi, apoiada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia, pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e pela Pão para o Mundo. Ao fim dos trabalhos, quem participou da iniciativa esteve em 12 oficinas e em duas feiras, nas quais puderam expor os produtos.

**MAI
2017**

Saluba II: autonomia e enfrentamento à cultura do estupro

Em parceria com o terreiro Torrun Gunnan, fortaleceu a autonomia econômica das mulheres entorno da Lagoa da Paixão, Região Metropolitana de Salvador, enfrentando ainda o problema da cultura do estupro, com debates envolvendo mulheres e homens. Os principais objetivos da segunda edição do Saluba foram promover oficinas de qualificação em produção artesanal para mulheres moradoras da ocupação Quilombo da Lagoa; melhorar a renda familiar; contribuir para o aumento da autoestima das mulheres e redução da violência doméstica; empoderar mulheres chefes de família; fortalecer o comércio local e valorizar os produtos e os pequenos produtores da região; e fortalecer as ações de combate à violência doméstica no subúrbio ferroviário de Salvador. Entre as discussões, temas como: Empoderamento feminino; Participação social; Política da mulher; Direito da mulher; Lei Maria da Penha; e Saúde sexual e reprodutiva da mulher.



Movimento Paz e Proteção: religiosos e religiosas pelos direitos de crianças e adolescentes

Em 2013, organizações religiosas de várias tradições se juntaram ao UNICEF para dar vida ao Movimento Paz e Proteção (MPP), cujo lema é, desde então, “União e fé pelos direitos das crianças e adolescentes”.

A iniciativa faz parte de uma ação global do UNICEF pela mobilização de organizações seculares e religiosas, com o objetivo de unir forças para garantir a sobrevivência, desenvolvimento, proteção e bem-estar de meninas e meninos por meio de ações de prevenção da violência e da promoção do registro civil de nascimento.

Desde o primeiro ano, participantes como KOINONIA, Visão Mundial e Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro), têm se deparado com os desafios propostos pelo movimento no campo prático. Em relação ao primeiro registro civil – uma das principais bandeiras do MPP – parece ser ainda longa a caminhada das instituições públicas para prestar serviço de qualidade a crianças e famílias em situações graves de vulnerabilidade.

“O maior desafio do MPP é a gigantesca burocracia que se es-

tende em cadeia entre os agentes desse processo de primeiro registro, desde o nível municipal ao nacional. São idas e vindas no trato com cartórios (que são privados) e com entes públicos sem estrutura ou mal preparados. Famílias que não têm nem o dinheiro da passagem acabam desistindo de fazer o registro”, conta Rafael Soares de Oliveira, diretor executivo de KOINONIA.

Fé e direitos

São várias tradições de fé unidas por uma causa comum: a defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Segundo Vilma Piedade, a Vilma de Oyá, candomblecista, esse movimento também é importante por atuar junto às famílias, que podem encontrar no espaço religioso informação valiosa sobre como defender direitos e melhorar a qualidade de vida.

“Sabemos que o Brasil tem um problema histórico de vulnerabilidade na infância e na adolescência. Também sabemos que estes são na maioria negros e negras. No terreiro trabalhamos com as crianças valores civilizatórios. E naquele espaço conseguimos alcançar crianças, adolescentes e

pais. O que afeta a família afeta a criança”, observa Vilma, que representa Rede de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde no MPP.

O princípio norteador do movimento é o de que fé, seja ela qual for, não pode combinar com omissão diante da violação de direitos das crianças e adolescentes. É o que conta Wellington Pereira, pastor Metodista e representante da ONG Visão Mundial.

“Como cristão protestante eu tenho na pessoa de Jesus o maior exemplo de vida. E ele no auge de uma discussão sobre o reino de Deus colocou uma criança no meio e disse: ‘Quem não receber uma criança não entra no reino de Deus’. Para nós a criança não é algo anexo ou secundário, mas essencial. É impossível a pessoa se dizer cristã e não levar em conta o significado desse ser na tradição”, elabora.

Qualquer religioso pode se juntar ao MPP. Basta assinar sua carta de adesão disponível nos sites das instituições parceiras ou do UNICEF. Junte-se e defenda os direitos das crianças e dos adolescentes!



Avaliando, repensando e encarando os novos desafios

Principais resultados da avaliação de KOINONIA 2016-2017 em seu trabalho com a população negra

Já temos quase 25 anos de existência. Parte importante deles ao lado das comunidades negras tradicionais. Neste período, o Brasil tem mudado e isso tem exigido de nós disposição permanente para, de tempos em tempos, repensar nosso trabalho de acordo com o momento histórico, as dificuldades, desafios e oportunidades, além dos novos atores relevantes. Na prática, isso requer que também sejamos aliados para que nos auto-avaliemos. Entre o fim de 2017 e início de 2018 passamos exatamente por este processo. E aqui compartilhamos algumas das principais conclusões.

O contexto ficou pior para as Comunidades Negras Tradicionais em termos nacionais. Várias políticas e recursos ou deixaram de existir ou foram congelados. No Rio de Janeiro este cenário somado com a crise financeira do Governo não ajudou. Na Bahia, apesar da falta de acesso a recursos nacionais, vários planos se mantiveram, outros perderam continuidade. A vantagem em relação a outros estados do Brasil foi que ao menos as regras institucionais e mecanismos de pressão e escuta seguiram.

No Baixo Sul da Bahia somente as políticas estaduais prosseguiram. As comunidades quilombolas estão em processo de perda de direitos antes garantidos em âmbito federal como escolas, venda direta, apoio à produção e outros.

As comunidades de terreiros em Salvador se ressentem de uma política mais consistente de investimentos para todas e do crescimento das agressões baseadas em intolerâncias religiosas. Quadro não muito diferente do enfrentado por aquelas comunidades que têm atuado em busca de maior visibilidade e direitos no Baixo Sul - exceção feita a iniciativas da prefeitura em Ituberá.

Em geral, todas as comunidades tiveram um aumento de participação e empoderamento das mulheres, assumindo mais postos de direção e coordenação.

Em contraposição a um tempo de piora institucional nas relações com programas e projetos do Estado, as comunidades negras tradicionais têm procurado se mobilizar e ocupar espaços de luta em níveis locais, estaduais e federais – menos em cargos e comissões e mais em ações de pressão e visibilidade.

Entre os vários desafios de todas as comunidades está o tema da sustentabilidade, captação de recursos para causas, estruturas de contabilidade e prestação de contas; o tema da reflexão mais aprofundada sobre os direitos humanos para todas as pessoas, especialmente o modo de lidar e receber nas comunidades pessoas LGBTT (lésbicas, gays, transexuais e transgêneros); e o tema do direito à vida contra as violências de crianças e adolescentes negras.

Segundo as comunidades com quem trabalhamos a avaliação das práticas e compromissos de KOINONIA é bem positiva e indica continuidade. Tal percepção, entretanto, se desdobra nas seguintes questões:

1) Como poderíamos mobilizar e acolher projetos para as comunidades e facilitar o peso administrativo de terem que fazer contabilidade, prestar contas e, ao mesmo tempo, desenvolver ações, liderar ou estar em mobilizações de promoção da luta por direitos?;

2) Como KOINONIA deve apoiar e dar seguimento a mobilizações de juventudes?;

3) Como se poderia, de forma realista e no ritmo das comunidades, tratar da reflexão quanto ao acolhimento LGBTT?;

4) Como nós podemos participar como mediadores (sem ser liderança) entre comunidades de tamanho e expressão pública diferentes, nações diversas e origem rural ou urbana, de modo a manter-se um só movimento das causas comuns da população negra em comunidades negras tradicionais, quilombos e povos de terreiros?

Esse contexto e os desafios apresentados serão pauta para KOINONIA em seus planos pelo menos até 2021.

Acompanhe a discussão sobre os direitos dos povos de terreiro de Salvador

Equipe jurídica de KOINONIA acompanhou debates sobre intolerância, patrimônio, regularização de terreiros e isenção de tributos. Confira!

O Ministério Público da Bahia, em novembro, iniciou o projeto “MP e Terreiros em Diálogos Construtivos”, com o objetivo de aproximar as comunidades religiosas de matriz africana com os órgãos públicos.

Num encontro, o Ministério Público, que foi representado por Lívia Santana e Sant’Anna Vaz, para discutir, apresentar propostas e firmar compromissos. Num segundo momento, os participantes se dirigiram a um terreiro e a conversa continuou na comunidade.

Na primeira reunião, em novembro, no Terreiro Tumba Junsara, foram discutidos os Instrumentos de Proteção e Salvaguarda. Estes visam a proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural.

Na oportunidade foi esclarecido que o Tombamento não resolve conflitos fundiários e, por isso, é necessária regularização.

São órgãos responsáveis pelo Tombamento em âmbito federal, estadual e municipal: o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC e a Fundação Gregório de Matos – FGM, respectivamente. Foi proposta, pela Promotora de Justiça, a realização de Seminário de Educação Patrimonial. Também foi sugerida produção de material informativo, para atendimento das demandas de comunidades de terreiro, através de articulação entre a Secretaria Municipal de Reparação - SEMUR e a Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Salvador – SECOM.

O segundo diálogo, em novembro 2017, no Terreiro Hunkpame Savalu Vodun Zô Kwé, invadido por policiais militares, em agosto de 2017, trouxe a questão do enfrentamento aos crimes de ódio e intolerância religiosa. Neste encontro foram debatidos os mecanismos e procedimentos do poder público. Foi colocada a necessidade de formação e capacitação dos servidores públicos na temática do racismo e da

intolerância religiosa.

Também discutiram a discriminação contra religiosos de matriz africana em transportes públicos e sobre os limites do proselitismo religioso nesses espaços. Foi pontuada a importância do diálogo inter-religioso envolvendo, inclusive, religiões neopentecostais. Haverrá até uma mesa no II Seminário sobre Intolerância Religiosa e Estado Laico do Ministério Público da Bahia.

Após a discussão foram realizados encaminhamentos pelo MP que se incumbiu de oficiar diversos órgãos. Destes, merecem destaque: a Secretaria Estadual de Assistência Social – SEPROMI, para obtenção de informações sobre a regulamentação do Capítulo do Estatuto e Igualdade Racial que trata de Segurança Pública; a Superintendência de Prevenção da Violência da Secretaria de Segurança Pública – SSP, para solicitar plano de capacitação dos policiais militares sobre crimes de Racismo e Intolerância Religiosa; e o Delegado Geral, para apresentar resposta formal sobre a instituição da Delegacia Especializada de Combate ao Racismo e a Intolerância Religiosa. Esta, segundo relato de sua representante, tem previsão até julho de 2018.

Na terceira reunião, no Terreiro Pilão de Prata, em dezembro de 2017, foi discutida a regularização de associações e imunidade tributária. Em se tratando da formalização das Associações Religiosas, ao ser questionado sobre o preço da prestação de serviços cartorários, o 2º Ofício de Registro de Título e Documentos e das Pessoas Jurídicas informou que os valores são estabelecidos de acordo com a Tabela de Custas e Emolumentos do Tribunal de Justiça da Bahia. Esta informação gerou o encaminhamento para verificação, junto ao órgão do Poder Judiciário, da possibilidade de adequação dos valores para a realidade socioeconômica das comunidades de terreiro.

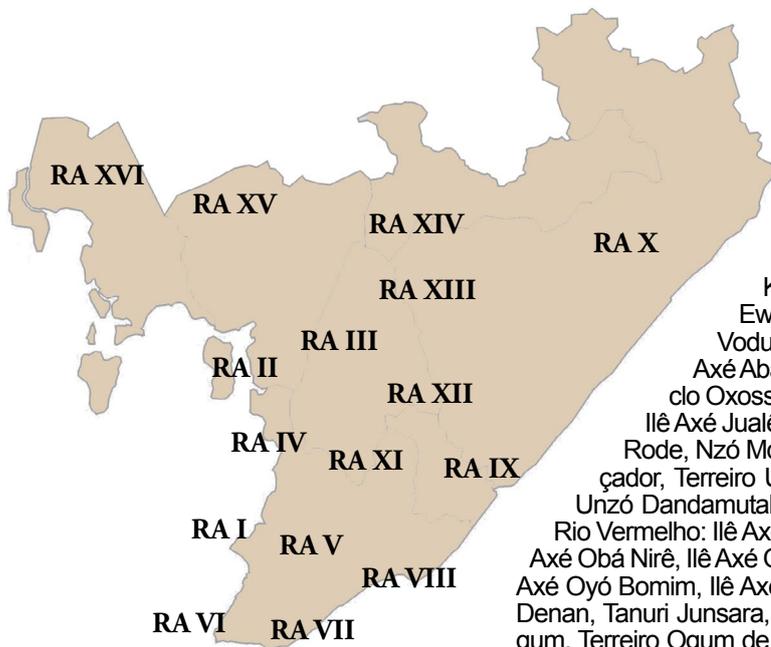
Ainda sobre adequação de valores, a Empresa Baiana de Águas

e Saneamento S.A. - Embasa comprometeu-se a verificar a possibilidade de aplicação da tarifa filantrópica aos terreiros.

Sobre a Imunidade, informou-se da necessidade dos templos de matriz africana se organizarem como associações religiosas, para obter este direito. Porém, considerando a realidade socioeconômica deles, foi discutida a necessidade de readequação de valores.

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Salvador, através da SEMUR, manifestou-se informando a existência de serviço de cadastramento dos povos e comunidades de terreiro, para obtenção de isenção tributária, sem a necessidade do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas -CNPJ. Para este procedimento, é preciso fazer um pré-cadastro, no site do órgão - <http://www.terreiro.salvador.ba.gov.br/cadastro.php> - e posteriormente confirmar em uma prefeitura-bairro ou na sede da Secretaria Municipal de Reparação. As exigências recaem sobre a pessoa física responsável pela solicitação. Esta deverá apresentar RG, CPF, comprovante de endereço (preferencialmente conta de água), cópia do boleto do IPTU e documento de posse (comprovante de compra e venda ou escritura do imóvel).

Do ponto de vista jurídico-normativo, os templos religiosos de qualquer culto têm garantido o Direito a Imunidade Tributária. Partilhamos do entendimento de que é possível trabalhar em diversas frentes e nas diversas formas de interação social, ou seja, através da cooperação, conjugando esforços e somando forças na garantia de direitos as comunidades de terreiro, assim como em relação aos conflitos, instrumentalizando a comunidade colocando-se a serviço com ações de formação em direitos e assessoria jurídica. Entendemos ser necessária a adequação das ferramentas para concessão de direitos, mas sempre lembrando que estes são apenas alguns passos da longa caminhada em busca da justiça.



COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS EM DIÁLOGO COM KOINONIA

Terreiros em Salvador: RA I Centro: Ilê Erinlé Axé Odé Ifeolá; RA Itapagipe: Ilê Axé Airá Omim, Ilê Axé Odé Lomin Infan, Ilê Axé Ogum Ladê Iyá Omim, Ilê Axé Omin Leuá, Ilê Iyá Os-shun, Terreiro de Oxum do Caminho de Areia; Unzo Mayala. RA III São Caetano: Ilê Axé Idanjeuê, Ilê Axé Obá Inan, Ilê Axé Opô Ibu Alama, Terreiro Ogun Tundê; Unzô Sasaganzuá Kangunga KK. RA IV Liberdade: Ilê Axé Omin Amboke, Ilê Axé Ewá Omin Nirê, Ilê Axé Iroko Sun, Terreiro Ajagunan, Terreiro do Vodunzô, Terreiro Kanzo Mucambo, Terreiro de Oxalá. RA V Brotas: Axé Abassá de Amaze, Centro do Caboclo Boiadeiro, Centro do Caboclo Oxossi Talami, Centro Matamba de Onato, Ilê Axé Ewê, Ilê Axé Jifulú, Ilê Axé Jualê, Ilê Axé Oluwayê Dey'I, Ilê Axé Oyá Tunjá, Ilê Axé Omin Afonjá Rode, Nzô Mdemboa – Kenã, Ilê Axé Omin Ode Azoani, Terreiro Oxossi Caçador, Terreiro Unzô Awziidi Junçara, Tuumba Junçara, Tuumbalagi Junçara, Unzô Dandalutalê, Unzo Katendê Dandalunda, Caboclo Pena Branca. RA VII Rio Vermelho: Ilê Axé Achê Ibá Ogum, Ilê Axé Alarabedê, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, Ilê Axé Obá Nirê, Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá, Ilê Axé Omin Deuá, Ilê Axé Onirê Ojuirê, Ilê Axé Oyó Bomim, Ilê Axé Obá Tony, Ilê Obá do Cobre, Ilê Oxumaré, Ilê Axé Oyá Omin Denan, Tanuri Junsara, Ilê Axé Centro de Angola Mensageiro da Luz, Terreiro do Bogum, Terreiro Ogum de Cariri – Kilombo. RA IX Boca do Rio: Ilê Axé Araka Togum, Ilê Logum Edé Alakaí Koissan, Terreiro Onipó Neto. RA X Itapuã: Axé Abassá de Ogum, Axé Tony Sholayó, Ilê Axé Osun Yinká, Ilê Axé Ominader, Ilê Axé Yeye Jimum, Terreiro Aloia, Terreiro Caboclo Itapuã, Terreiro Oxossi Mutalamô, Terreiro de Oxum da Lagoa do Abaeté, Viva Deus Neto, Terreiro Viva Deus Bisneto, Ilê Axé Ibá Aqueran, Terreiro Gurebetã Gome Sogboadã, Terreiro Monaleuci Um'Gunzo de Un'zambi. RAXI Cabula: Ilê Axé Opô Afonjá, Ilê Axé Tunadeni, Terreiro Sultão das Matas, Unzô Bakisé Sasaganzuá Gongara Cajango, Unzô Ngunzo Kwa Kayango, Viva Deus Filho, Ylê Yá Yalodeidê. RAXII Tancredo Neves: Ilê Axé Gezubum, Ilê Axé Jagun Bomin, Ilê Axé Lofan Demim, Ilê Axé Obá Fangy, Ilê Axé Olufan Anacidê Omin, Ilê Axé Omin Alaxé, Ilê Axé Omin Togun, Ilê Axé Oyá Omin Olorum, Ilê Axé Pondamim Bominfá, Terreiro de Boiadeiro, Terreiro do Bate-Folha, Terreiro Olufonjá, Terreiro São Roque, Terreiro Sete Flechas, Terreiro Tumbenci, Onzó Laia Mutá. RAXIII Pau da Lima: Funzó Iemim, Ilê Omu Keta Posu Beta, Ilê Axé Toloji. RAXIV Cajazeiras: Ilê Axé Layê Lubo, Ilê Axé Omim J'Obá, Ilê Axé Omin Lonan, Ilê Axé Omin Nita, Ilê Axé Onijá, Terreiro Junçara Kondirê, Unzô de Kaiango, Manso Bandun Kuekue de Inkinansaba Filho, Manso Dandalungua Cocuzenza, Manso Dandoquênque Dunkinisaba Filho, Moitumba Junçara, Nzo Sassa Ganzuá Mono Guiamaze, Terreiro Vintém de Prata, Ilê Axé Ogum Omimkayê, Unzô Daminikanga Munde D'Unzambe. RAXVI Valéria: Ilê Axé de Ogunjá, Ilê Axé Omim Funkó, Ilê Axé Olo Omin, Ilê Jêje Dahomé Imburací. RAXVII Subúrbios Ferroviários: Onzó de Angorô, Grupo das Sacerdotisas e Sacerdotes do Axé, Ilê Axé Oyá Deji, Ilê Axé Oba Furikan, Ilê Axé Acorô Genã, Ilê Geleuá, Ilê Axé Loyia, Ilê Asé Ogum Alakaiyê, Ilê Axé Anandeuui, Ilê Axé Flor da Mirtália, Ilê Axé Gitolobi, Ilê Axé Jagun, Ilê Axé Jfokan, Ilê Axé Kalé Bokum, Ilê Axé bá Omo, Ilê Axé Odé Tolá, Ilê Axé Omi Euá, Ilê Axé Omin Loyá, Ilê Axé Unzó Mona de Amean, Ilê Olorum Axé Giocan, Luandan Jucia, Terreiro Caboclo Catimboiá, Terreiro Gidenirê, Terreiro Mucundeuá, Terreiro de Nana, Ilê Axé Arin Massun, Ilê Axé Giroqeme, Ilê Losi Omim Kafunjê, Humpame Dan Ilê Yia Os-shun, Ilê Asé Kale Bôkum. RAXVIII Ilhas: Ilê Axé Airá, Ilê Axé Oyá Bagan Baba Alae-forun. Região Metropolitana de Salvador: Ilê Ala Axé, Ilê Axé Burukam Ajunsun, Ilê Asé Maa Asé Ni Odé, Ilê Axé Gum Tacum Wseré, Ilê Axé Jesidea, Ilê Axé Oba Nã, Ilê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Omim Lessy, Ilê Axé Ondô Nirê, Ilê Axé Opô Olú-Odé Alayedaá, Ilê Axé Oyá, Ilê Axé Odé Obá Lodê, Ilê Axé Odé G'mim, Ilê Axé Taoyá Loni, Ilê Axé Dan Seji Olá, Ilê Axé Bokum, Ilê Axé Igbonan, Sindirátukuã Filha, Terreiro Angurusena Bya Nzambi, Terreiro de Jauá, Terreiro Filhos de Ogunjá, Terreiro Kawizidi Junçara, Terreiro São Bento, Tuumbaengongonsara, Unzô Tateto Lemba, Ilê Axé Alafumbí, Ilê Axé Awon Funfun, Ilê Axé Ojunilê Chapanã, Ilê Axé Ogum Mejê, Ilê Axé Julosum Oju Omim, Ilê Axé Ode Oman, Centro Umbandista Paz e Justiça, Terreiro Vence Tudo, Terreiro Nzo Tata Nsuumbu, Ilê Axé Ejiagg Faleji, Unzó Kunã Lembe N'kossi, Terreiro de Guiaiba, Ilê Axé Ogum Dey, Ilê Axé Oba Inallê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Omim Anibé Nirê, Terreiro Águas de Efan Itabuna: Ilê Axé Obé Fará Ogum Lonan, Centro de Candomblé Santa Bárbara, Ilê Axé Ijobá Oxumarê- -Yewá, Ilê Ewá Oludumare, Ilê Axé Oyá de olorun, Ilê Axé Omim Lande, Vintém de Prata. **Em outros municípios:** Em Araci: Ilê Axé Jitolobi. Em Cachoeira: Ilê Axé Kayó Alaketu. Em São Francisco do Conde: Ilê Axé Osum Made. Em Muritiba: Ilê Axé Obá Nijó Omim. Em Rio de Contas: Terreiro Afoxé dos Ori-xás. Em Ilhéus: Terreiro de Ilhéus e Terreiro Matamba Tombeçy. Em Mata de São João: Terreiro de Praia do Forte. Em São Sebastião: Terreiro de São Sebastião. Em Ituberá: Sintalas Singué.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E NEGRAS RURAIS

Na Região do Baixo Sul da Bahia: Em Camamu: Jatimana e Boa Vista, Pimenteira, Barroso, Assentamento Zumbi dos Palmares, Pedra Rasa, Mutirão, Assentamento Dandara dos Palmares, Maribondo, Acaraí, Orojó, Tapuia, Garcia, Maria Ribeira, Almeida, Coqueiro, Lameiro, Ronco e Abóboras, Porto do Campo e Rua do Dendê/Colônia de pescadores. Em Nilo Peçanha: Jetimane e Boitaraca. Em Ituberá: STTR Ituberá. Em Igrapiuna: Laranjeira e Boa Esperança.

Editores:

Ana Gualberto e Rafael Soares de Oliveira

Redação:

Equipe KOINONIA

Revisão:

Equipe KOINONIA

Projeto gráfico e diagramação:

Equipe KOINONIA

Impressão:

Copiadora da Hora



Trav. Baixa da Casa Branca, 463, Térreo - Engenho Velho da Federação CEP: 40221-025 - Salvador - BA Tel.: (71) 3412-5226

Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro, RJ
www.koinonia.org.br
ISSN: 1981-7568

Apoio

Brot
für die Welt

**HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG**